

## 1 ATA DA 45ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e um, em ambiente web, por  
4 meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do  
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:  
6 **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos  
7 Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Erli Camargo (Fundação Instituto  
8 Nereu Ramos – FINER); Jairton Fabeni (Federação Catarinense de Entidade de e  
9 para cegos – FECEC); Anne Teive Auras (Associação dos Defensores Públicos de  
10 Santa Catarina – ADEPESC); Nadir Cardoso (Central Única dos Trabalhadores –  
11 CUT); Gelson Nezi (Cáritas Brasileira) e **representantes governamentais:** Karina  
12 Euzébio (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SDS), Arlete Adriano  
13 (Secretaria de Estado da Saúde – SES); Juliana Coelho de Campos (Secretaria de  
14 Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), Josiane Maria Melo  
15 da Rosa (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa –  
16 SAP); Rosemari Koch Martins (Secretaria de Estado da Educação – SED), Maria  
17 Benedita da Silva Prim (Secretaria de Estado da Educação – SED); e **como**  
18 **convidadas:** Caroline Tavares Meireles (Conselho Regional de Psicologia – CRP),  
19 senhora Yara Hornke como membro da Comissão Permanente de Monitoramento  
20 de Violações em Direitos Humanos, Professora Juliana Viggiano (Instituto Memória  
21 e Direitos Humanos – UFSC) e Dra. Ana Paula Fischer (coordenadora do Núcleo  
22 Especializado de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Santa  
23 Catarina - NUCIDH). E, Manuela Ribeiro (Secretária do CEDH/SC). A **plenária é**  
24 **aberta (1)** pela presidenta Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH- Joinville) que  
25 cumprimentou a todos/as e na sequência fez um breve discurso de fechamento da  
26 atual gestão. Na sequência agradeceu a presença dos convidados, que  
27 posteriormente teriam momento para as devidas apresentações. Cynthia (CDH-  
28 Joinville) fez a **leitura da pauta (2) incluindo ponto (4) apresentação dos**  
29 **Núcleos da Defensoria Pública** pela conselheira Anne Teive (ADEPESC) e com  
30 a apresentação da Dra. Ana Paula. A presidenta abriu para inclusões, não houve  
31 manifestações. A pauta é então aprovada por unanimidade. Cynthia (CDH-  
32 Joinville) iniciou a reunião se solidarizando com a população brasileira na situação  
33 atual de pandemia. A presidenta lamentou a postura dos governantes tanto em  
34 nível estadual quanto nacional diante da situação de caos. Na sequência Cynthia  
35 (CDH-Joinville) lembrou da aprovação em reunião anterior, de Recomendação pelo  
36 *lockdown*, assim como o fizeram todos os órgãos de controle do estado e todas as  
37 entidades da sociedade civil, porém, a presidenta disse “*estarmos sendo*  
38 *solenemente ignorados*”. A presidenta deixou registrado em seu relato inicial  
39 sentimento de dor, repúdio e insatisfação do CEDH por toda a situação atualmente  
40 apresentada lembrando ser dever do Conselho a defesa da vida. Cynthia (CDH-  
41 Joinville) comentou estar provado por diversas experiências que é possível atender  
42 a economia e preservar vidas, mas disse que este não é entendimento do governo.  
43 Complementou seu relato dizendo que no futuro todos serão cobrados nos tribunais  
44 pelas responsabilidades, pelas ações e omissões que comprometem a vida da  
45 população catarinense e da população brasileira. Dando continuidade a presidenta  
46 passou a palavra para a Secretária para que se fizesse comunicado das  
47 **justificativas de ausências (3)**. A Secretária teve problemas de conexão com a  
48 internet e com isso foi dado prosseguimento a reunião, sendo iniciado o **ponto (4)**  
49 **acerca da apresentação dos Núcleos especializados da Defensoria Pública do**  
50 **estado**. A conselheira Anne Teive (ADEPESC) iniciou seu relato informando que  
51 os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado foram implementados  
52 em fevereiro, sendo divididos em 4(quatro) grupos: Direitos Humanos, Moradia e  
53 Habitação, Direito das Mulheres e Infância, Juventude, Pessoa Idosa e com  
54 Deficiência. Anne (ADEPESC) fez a apresentação da dra. Ana Paula Fischer,

55 coordenadora de 2 (dois) daqueles núcleos: Direitos Humanos e Moradia e  
56 Habitação. A conselheira informou o interesse da colega em estar participando das  
57 reuniões do CEDH como representante da Defensoria. A palavra é passada para a  
58 dra. Ana Paula. A convidada cumprimentou a todos os presentes [virtualmente] e  
59 ao mesmo tempo agradeceu o acolhimento do CEDH. Dra. Ana Paula Fischer  
60 (NUCIDH) se colocou à disposição do Conselho para desenvolvimento de projetos  
61 e para trabalhos em conjunto. A convidada explicou sobre a atuação dos Núcleos  
62 e sua importância no fortalecimento não somente da instituição, mas de toda a  
63 sociedade. Cynthia (CDH-Joinville) mencionou a importância das parcerias com as  
64 instâncias agregadoras. Antes de abrir ao debate a presidente fez a apresentação  
65 da conselheira e diretora de Direitos Humanos da SDS, Karina Euzébio. A palavra  
66 é passada para a Karina (DIDH/SDS) que cumprimentou a todos e mencionou que  
67 os espaços de conselhos proporcionam aprendizado muito grande. A conselheira  
68 iniciou sua apresentação fazendo um breve relato dos cargos que ocupou ao longo  
69 dos anos na SDS, recentemente, passando pelo gabinete e retornando a Diretoria  
70 de Direitos Humanos. Karina (SDS) mencionou o período de pandemia e passagem  
71 por todo um processo de adaptação e; relatou que apesar da SDS contar com uma  
72 equipe reduzida em relação às diversas políticas as quais abrange, os servidores  
73 trabalham incansavelmente para dar conta de todas as suas demandas. A  
74 conselheira manifestou sua satisfação em estar presente naquele momento,  
75 comentou seu interesse em saber sobre a consolidação dos Núcleos da Defensoria,  
76 informou sobre a ausência da Fabiana (SDS) por estar presente em outro  
77 compromisso e; finalizou com comunicado acerca da publicação do edital de  
78 processo eleitoral, a qual foi feita tentativa de dar maior celeridade ao processo. Erli  
79 (FINER) deu as boas-vindas a dra. Ana Paula (NUCIDH) e a Karina (DIDH/SDS).  
80 A conselheira relatou que o Centro de Direitos Humanos de Joinville foi primeiro  
81 centro do estado de Santa Catarina e, serviu de modelo para criação dos demais.  
82 Cynthia (CDH- Joinville) complementou fala da Erli (FINER) dizendo que o CDH de  
83 Joinville foi fundado em 1979 *“no bojo da luta contra a ditadura militar (...) e na luta*  
84 *pela moradia”*. A presidenta mencionou a militante Irma Kniess e sua importância  
85 para o CDH de Joinville. Nesse momento o conselheiro Nadir (CUT) justificou sua  
86 entrada tardia devido a participação como membro de Comissão Eleitoral dos  
87 Sindicatos dos Trabalhadores em Correios de Santa Catarina. O conselheiro  
88 informou que havia socializado Edital de Convocação de Processo Eleitoral do  
89 CEDH para a CUT e a FECEC. Cynthia (CDH- Joinville) mencionou a importância  
90 do senhor Nadir (CUT) na articulação na luta pelos Direitos Humanos no estado e  
91 fez referência ao Dr. João Coutinho (ADEPESC) mencionando ter sido o precursor  
92 para ampliar a relação entre a sociedade civil e a Defensoria Pública do Estado. A  
93 presidenta mencionou a luta dos funcionários dos Correios contra a privatização e  
94 comentou que o CEDH é contra qualquer tipo de privatização que *“sacrifique a*  
95 *riqueza e aquilo que é do povo desse país”*. Cynthia (CDH- Joinville) mencionou ter  
96 assistido pronunciamento do presidente Lula que comentou sobre o preço do  
97 petróleo, e conseqüentemente os aumentos da gasolina de forma desenfreada. A  
98 presidenta expôs que a justificativa colocada pelo mercado financeiro seria a busca  
99 pelo lucro. Cynthia (CDH – Joinville) entende que a empresa tem que cumprir sua  
100 função social e não deveria servir como meio de especulação. Finalizou registrando  
101 solidariedade a todos os trabalhadores dos Correios. O conselheiro Fabeni  
102 (FECEC) parabeniza o Centro de Direitos Humanos de Joinville pelo seu  
103 aniversário e na sequência Cynthia (CDH – Joinville) sugeriu fazer uma *live* com a  
104 participação da dra. Ana Paula (NUCIDH) para discutir sobre a questão fundiária  
105 em Joinville. Em seguida a conselheira Karina (DIDH/SDS) informou que dentro da  
106 SDS existe uma diretoria de habitação e regularização fundiária, onde foi feito  
107 diagnóstico no estado, a partir de levantamento de dados do cadastro único. A  
108 presidenta sugeriu que a Karina (DIDH/SDS) compartilhasse no grupo do conselho  
109 e colocou como sugestão para ponto das próximas pautas. A presidenta se dirigiu

110 a convidada dra. Ana Paula que se for do seu interesse, poderia estar sendo  
111 incluída no grupo do Conselho. Complementou dizendo ser característica adotada  
112 pelo CEDH manter no grupo pessoas que vão ficando, se agregando e,  
113 conseqüentemente ampliando participação, em virtude de ser o Conselho um  
114 espaço aberto para que as pessoas possam participar, falar, discutir e denunciar.  
115 Dando prosseguimento foi iniciado o **ponto (5) da pauta acerca da pandemia.**  
116 Cynthia iniciou este ponto fazendo um relato resumido acerca de comentário, que  
117 leu na coluna da jornalista Dagmara Spautz, aparentemente sofrido e colocado o  
118 *lockdown* como uma medida catastrófica para aqueles que precisam trabalhar. Por  
119 outro lado, a presidenta mencionou ação da Vara da Fazenda, que diz haver um  
120 superávit de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil) reais nos cofres do  
121 estado e essa ação pede para que o governo apresente um plano econômico de  
122 socorro emergencial. A presidenta fez um questionamento acerca daqueles que  
123 precisam sair para trabalhar, se arriscando de forma cotidiana ao contágio, como  
124 fazê-los entender que não podem ir a festas ou a praia, suas únicas formas de  
125 lazer? Deixando como reflexão. Cynthia (CDH – Joinville) ressaltou a importância  
126 do questionamento acima, no sentido de sair do foco que a mídia coloca em ficar  
127 perseguindo certos grupos de pessoas e em cima destes atribuir culpa da situação  
128 atual. A presidente informou que em Joinville, as empresas não pararam e ainda  
129 foram beneficiadas por investimento econômico do governo federal: com redução  
130 de salários, redução da jornada de trabalho e demissões. Cynthia (CDH- Joinville)  
131 mencionou que pela análise dos especialistas, o *lockdown* é inevitável e; lamentou  
132 o posicionamento dos governadores, citando o governador Moisés que deveria dar  
133 apoio econômico as pessoas que precisam. A presidenta fez menção ao irrisório  
134 auxílio emergencial oferecido pelo governo federal e indagou como o CEDH poderia  
135 estar auxiliando essa questão em Santa Catarina no que diz respeito a pedido que  
136 o Ministério Público (MP-SC) e a Defensoria Pública (DPE-SC) fizeram na Ação  
137 Civil Pública que a Dra. Ana Paula (NUCIDH) é signatária e, a partir disso, tirar  
138 encaminhamento para apoiar essa atitude. A palavra é passada para a Dra. Ana  
139 Paula, a qual relatou que no dia 10 de março de 2021 o MP-SC e a DPE-SC  
140 ajuizaram uma Ação pedindo a suspensão de todas as atividades que não são  
141 essenciais pelo prazo de 14 dias. A convidada informou que desde o início da  
142 pandemia foi criado um grupo dentro da DPE-SC especializado, para somente  
143 acompanhar as questões relativas ao assunto. Continuou seu relato dizendo que  
144 desde o mês de dezembro de 2020 a instituição vinha pedindo ao estado para que  
145 este aplicasse medidas mais restritivas. Dra. Ana Paula citou Recomendação, que  
146 não foi acolhida pelo estado e acrescentou relatando que o MP-SC também havia  
147 atuado neste sentido no final do ano de 2020 para tentar impedir a abertura de  
148 hotéis, casas noturnas, porém sem êxito nem perante o governo do estado nem  
149 perante o judiciário. A convidada disse que por todo esse tempo foram feitas  
150 tentativas de articulação para que não se chegasse nesta situação atual. Dra. Ana  
151 Paula (NUCIDH) comentou que na Ação, ajuizada dia 10 de março de 2021, o  
152 pedido foi de *lockdown* porque os órgãos especializados em saúde orientam que  
153 esta é a única medida não farmacológica para impedir o avanço da doença e reduzir  
154 os índices de internações nos hospitais. Complementou dizendo que foi com base  
155 nas Notas Técnicas de Especialistas que foi feita a Recomendação Conjunta,  
156 inicialmente com a participação de 6 (seis) instituições: Defensoria Pública do  
157 Estado de Santa Catarina (DPE-SC), Ministério Público do Estado de Santa  
158 Catarina (MP-SC), Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC)  
159 Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério  
160 Público do Trabalho (MPT). Complementou seu relato informando que foi feita  
161 reunião com o governador que ficou de avaliar a situação após as medidas de  
162 restrições aplicadas nos finais de semana. No dia 10 de março de 2021, dra, Ana  
163 Paula disse que foi reavaliado pelo governo que entendeu prorrogar as medidas  
164 anteriormente tomadas sem nenhum tipo de restrição ainda maior. Acrescentou

165 ainda que nessa Ação Civil Pública, citada anteriormente, foi feito pedido ao  
166 governo para oferecer alternativas a pessoas como por exemplo: autônomos,  
167 microempresários, profissionais liberais que ficarão sem o seu sustento neste  
168 período. Complementou relatando que são mais de 14 estados brasileiros que  
169 oferecem auxílio complementar ao auxílio emergencial e, Santa Catarina ainda não  
170 teve essa atitude necessária para proteger tanto a saúde quanto a economia. A  
171 convidada manifestou seu desejo de uma decisão favorável aos pedidos solicitados  
172 nessa Ação ajuizada dia 10 de março de 2021 na 2ª Vara da Fazenda. Cynthia  
173 (CDH- Joinville) agradeceu a participação da dra. Ana Paula e a parabenizou pela  
174 Ação ajuizada. Cynthia (CDH-Joinville) indagou que encaminhamento poderia ser  
175 dado. **Encaminhamento: A conselheira Erli (FINER) sugeriu que cada**  
176 **conselheiro fizesse uma foto com uma frase ou placa para fazer um vídeo**  
177 **simples e socializar nas redes sociais a título de Campanha.** Nesse momento  
178 a conselheira Arlete (SES) informou estar acontecendo uma paralisação na frente  
179 do palácio do governo organizado pelo SindSaúde juntamente com servidores da  
180 saúde em virtude da situação atual de quem está na linha de frente. A conselheira  
181 Karina (DIDH/SDS) comentou acerca do auxílio emergencial e ser este uma  
182 preocupação da SDS há algum tempo. Complementou seu relato dizendo que  
183 sabendo da possibilidade de redução ou o fim do auxílio emergencial oferecido pelo  
184 governo federal a equipe da Diretoria de Assistência Social (DIAS) da SDS fez um  
185 levantamento do impacto financeiro porque a coordenação dos valores do bolsa  
186 família e CadÚnico é de abrangência da SDS. A presidenta disse que essa atitude  
187 é muito importante pois se vê um movimento do governo de analisar possibilidades.  
188 Dando prosseguimento é iniciado o **ponto (6) Informes da Comissão Eleitoral.** A  
189 presidente passou a palavra para que a Secretária fizesse um informe. A Secretária  
190 iniciou seu relato lembrando que o Edital havia passado pela consultoria jurídica  
191 (COJUR) passando pelo gabinete da SDS, gabinete da Secretaria da Casa Civil,  
192 pelo Setor de Conselhos e quando chegou na gerência que publica o Edital  
193 (GEIMP) como iria passar o prazo do início de inscrição do Edital, a presidenta  
194 havia pedido a Secretária para que entrasse em contato com o Setor responsável  
195 (GEIMP). A Secretária disse que entrou em contato com a Marina e pediu para que  
196 o processo fosse devolvido pois iria passar o prazo de início das inscrições.  
197 Complementou seu relato informando que no dia 04 de março foi publicado o  
198 documento no Diário Oficial do Estado (DOE-SC), avisado no grupo do CEDH e  
199 compartilhado material no grupo para socialização. Finalizou dizendo que o material  
200 de publicização havia sido compartilhado com os grupos internos da SDS e o  
201 assessor de comunicação estava fazendo trabalho de apoio na divulgação do  
202 material nos grupos e redes sociais da SDS. Erli (FINER) complementou dizendo  
203 que deve haver incentivo e divulgação do Edital para que as pessoas tenham  
204 conhecimento do documento da forma mais ampla possível. Nesse momento a  
205 presidente indagou a Secretária quando seria o Fórum. A secretária respondeu que  
206 seria no dia 07 de maio de 2021. Em seguida a presidente perguntou sobre a data  
207 da posse e se haveria a reunião em abril. A Secretária disse que o mandato da  
208 atual gestão acabaria no dia 14 de março, e por conta disso não teria certeza se  
209 haveria reunião em abril. Cynthia (CDH-Joinville) afirmou que o mandato termina  
210 quando é dada posse a nova gestão. A conselheira Erli (FINER) explicou que, uma  
211 vez indicadas e eleitas no Fórum Próprio as OSCs e apresentados os nomes ao  
212 governo, dependerá deste expedir decreto de nomeação e agendar a data da  
213 posse. A conselheira Karina (DIDH/SDS) mencionou que a posse somente poderia  
214 se dar a partir da publicação mas, que poderia ser pensada em possibilidades de  
215 datas mais tarde. Karina (DIDH/SDS) indagou sobre a legitimidade de estar fazendo  
216 uma plenária com mandato vencido. A conselheira Erli (FINER) afirmou ser praxe  
217 da SDS as reuniões tendo o conselho seu mandato “parado no tempo”, citando o  
218 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e não ter  
219 sido culpa da Comissão Eleitoral o atraso, mas de burocracia interna. Cynthia (CDH

220 – Joinville) comentou que qualquer problema no processo eleitoral, a Comissão  
221 deve recorrer ao Conselho desta forma mantêm-se hígido o mandato do CEDH até  
222 a eleição e a posse da nova gestão. Erli (FINER) sugeriu a Karina (SDS) para que  
223 após a entrega dos nomes das OSCs eleitas a Diretoria de Direitos Humanos  
224 (DIDH), que seja feita previsão para que o encaminhamento seja agilizado o mais  
225 rápido possível. O conselheiro Fabeni (FECEC) comunicou que a publicação está  
226 demorando em virtude da averiguação pela Procuradoria Geral do Estado (PGE-  
227 SC) das reconduções. A conselheira Erli (FINER) afirmou que essa é atribuição da  
228 Comissão Eleitoral e, inclusive já compartilhada pela Secretária do Conselho.  
229 Karina (DIDH/SDS) sugeriu que a Secretária do Conselho repassasse essa lista  
230 para que a própria diretora tentasse agilizar o processo. **Ficou deliberado que a**  
231 **Comissão irá funcionar durante mandato do CEDH com mais uma reunião em**  
232 **abril para entrega em maio, eleita a SCO cabe ao poder público das**  
233 **andamento para a posse.** Cynthia (CDH – Joinville) indagou a Secretária sobre as  
234 justificativas de ausências. A secretária respondeu não ter recebido nenhuma  
235 justificativa. A presidenta agradeceu a participação de todos e expressou apoio do  
236 CEDH aos servidores da saúde na manifestação anteriormente citada pela  
237 conselheira Arlete e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira  
238 Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Cynthia, presidenta do CEDH/SC  
239 assinamos.